

LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA
(Organizador)

Educação: dilemas contemporâneos



Pantanal Editora

2020

LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA
(Organizador)

**Educação:
dilemas contemporâneos**



Pantanal Editora

2020

Copyright[©] Pantanal Editora
Copyright do Texto[©] 2020 Os Autores
Copyright da Edição[©] 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – (URCA)
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez – ITSON (México)
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Ma. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Bel. Ana Carolina de Deus

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [recurso eletrônico] : dilemas contemporâneos / Organizador Lucas Rodrigues Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 183 p. : il. ; 14 x 21 cm
	Formato: PDF
	Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
	Modo de acesso: World Wide Web
	ISBN 978-65-990641-8-0
	DOI https://doi.org/10.46420/9786599064180
	1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Oliveira, Lucas Rodrigues. II. Título.
	CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>.
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

A educação é muito complexa para, em qualquer momento da história, existir sem dilemas. Por isso mesmo é que o debate e as reflexões sobre o tema são sempre presentes no meio acadêmico. Nesse contexto, a obra “Educação: dilemas contemporâneos” constitui-se de quinze capítulos, organizados com o propósito de contribuir com as discussões acerca das questões mais relevantes à educação nacional.

A escola, principal instituição da educação formal, é construída de forma histórica. Depois de existir por muito tempo apenas em função da elite brasileira, a escola passou a ser um bem garantido a todos os indivíduos – não sem muita luta. Antes disso, a classe mais pobre da sociedade não tinha espaço na educação formal. A escola pública e obrigatória para todas as pessoas só começou nos séculos XVIII e XIX.

Nesse contexto histórico que envolve a educação brasileira, a Constituição de 1988 contribuiu, significativamente, com a democratização do ensino. Contemporaneamente, por mais que avanços sejam nítidos, há muito ainda a ser organizado e democratizado na educação brasileira, em suas várias modalidades e níveis. A presente obra almeja contribuir com as discussões sobre a educação.

Esse livro contempla assuntos cruciais para a educação contemporânea brasileira; reflete-se sobre a educação inclusiva e o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, como surdez e cegueira; além disso, levanta-se uma discussão sobre a inclusão de alunos com altas habilidades e superdotação – tema muito pouco difundido no meio acadêmico.

As tecnologias influenciam o mundo de uma forma assaz severa. Nesse livro, trata-se do acesso à internet, uma das principais tecnologias novas, e também do acesso (ou impossibilidade de acesso) a outras tecnologias pelos professores. Nesse campo das novas tecnologias, insere-se a escola pública de tempo integral: modelo de educação no qual, para que haja aceitabilidade e eficácia no processo de ensino e aprendizagem, é inevitável o investimento expressivo em tecnologias e formação de professores. A educação em tempo integral é tema presente nessa obra, que também reflete sobre os estudos de gênero e a educação do campo no Brasil.

Lucas Rodrigues Oliveira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
CAPÍTULO I DESENVOLVENDO A AUTONOMIA DO APRENDIZ DE INGLÊS COM METODOLOGIAS ATIVAS	7
CAPÍTULO II NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO DOM BOSCO: PERCURSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM RIO BRANCO/ACRE.....	17
CAPÍTULO III APRENDER, RESPONSABILIZAR E APLICAR: OS DESAFIOS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA FRENTE AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES SUPERDOTAÇÃO	26
CAPÍTULO IV DISCIPLINA E SEU ANTÔNIMO NA ESCOLA: UM DILEMA COTIDIANO	37
CAPÍTULO V ESTRATÉGIAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO: O CASO DO IFRR / CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE	49
CAPÍTULO VI PICHON RIVIÈRE E BRUNER: APRENDIZAGEM, ENLACE, DILEMA E PROBLEMA EM TORNO DAS FORMAS SIMBÓLICAS NA CONTEMPORANEIDADE	56
CAPÍTULO VII A INTERNET: ENTRE A UTOPIA E A DISTOPIA	67
CAPÍTULO VIII FERRAMENTAS DIGITAIS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE.....	83
CAPÍTULO IX APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA COMPREENSÃO DE TEXTOS MULTIMODAIS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA.....	88
CAPÍTULO X OS ESTUDOS DE GÊNERO NO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS PEDREIRAS A PARTIR DA CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO IFMA PEDREIRAS - LEGIP	96
CAPÍTULO XI REFLETINDO CONCEITOS, ATITUDES E PROCEDIMENTOS CONTRA A POLUIÇÃO SONORA: UMA ATITUDE SONORA SAUDÁVEL OU 'LIBERDADE' NA ESCOLA?	110
CAPÍTULO XII AGROECOLOGIA COMO CAMINHO PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	124
CAPÍTULO XIII AVANÇOS E DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.....	135
CAPÍTULO XIV EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE O SISTEMA EDUCATIVO MOÇAMBICANO	158

CAPÍTULO XV

**ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE: A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO VISANDO A AUTONOMIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL..... 173**


ÍNDICE REMISSIVO..... 182

Os estudos de gênero no Instituto Federal do Maranhão *Campus* Pedreiras a partir da criação do Laboratório de Estudos de Gênero IFMA Pedreiras - LEGIP

Recebido em: 25/04/2020

Nila Michele Bastos Santos^{1*}

Aceito em: 30/04/2020

 10.46420/9786599064180cap10

INTRODUÇÃO

Historicamente a família brasileira se construiu seguindo o exemplo patriarcal dos portugueses, esse modelo subjugava todos os membros à vontade do chefe da família, que não se constituía apenas de esposa e filhos, mas de todos aqueles que dependiam ou permitiam-se dominar pelo chefe da linhagem. Os papéis sociais foram separados de forma desigual colocando para o homem o caráter de provedor e dominador, enquanto relegava à mulher a submissão e incapacidade de gerir-se sozinha. Essa desigualdade imposta se desdobrou em diversas violências de gênero, não apenas atingindo a Mulher, mas todos aqueles que divergiam do padrão patriarcal, tais relações devem ser compreendidas não apenas no binômio de masculino/feminino; Homem/mulher, mas sim em uma perspectiva de relações de poder nas quais um grupo subjugava outro de acordo com sua necessidade. Nesse sentido a sociedade acaba formando um discurso normatizador que segrega todo aquele que vai de encontro a norma estabelecida.

No que se refere a educação básica, o fortalecimento desse discurso opressor, pautado em ideias patriarcais acaba excluindo uma gama de jovens que são obrigados a se esconder ou ainda rejeitarem sua própria identidade, tais ações contribuem para depressões, suicídios e mesmo bullying, pois na ânsia de se rejeitar ele pratica atos contra aqueles que lembram o que ele não pode ser. Logo o debate sobre esses temas não podem ser contidos, ao contrário ele precisa ser ampliado e propagado, desse modo as ações do LEGIP, pautadas

¹ Historiadora, Psicopedagoga, Especialista em Formação de Professores. Mestra em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. Professora EBTT de História do Instituto Federal do Maranhão IFMA - Campus Pedreiras. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFMA campus Pedreiras e Coordenadora do LEGIP.

* Autor correspondente: nila.santos@ifma.edu.br

no aprofundamento dos referenciais teóricos, é o primeiro passo – no Instituto Federal do Maranhão/ *campus* Pedreiras- para a compreensão desses fenômenos, o combate aos preconceitos e valorização da diversidade.

Outro ponto extremamente necessário em que o laboratório busca atuar é no combate a violência contra a mulher, pois a cidade de Pedreiras – Ma, a qual o Instituto Federal está instalado, possui um dos mais altos índices registrados no Estado. Em dados do Deepask, a média de homicídios de mulheres na cidade era superior à média nacional como demonstra a imagem abaixo:

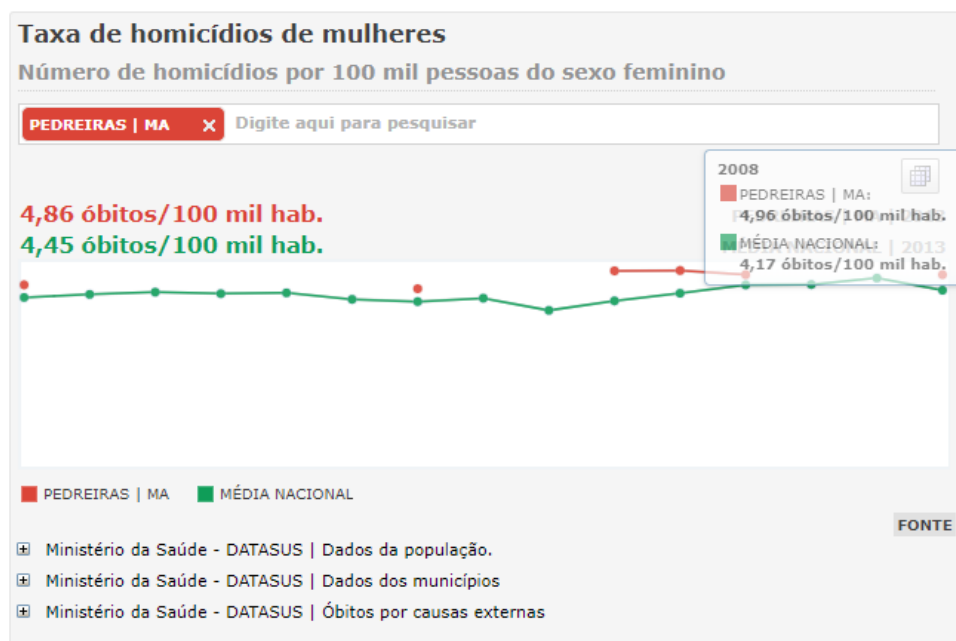


Figura 1. Taxa de homicídios de mulheres. Fonte: Deepask (2020).

As análises destes e outros dados, aliado aos estudos históricos, sociológicos e filosóficos sobre violência e violência de gênero nos ajuda a compreender as raízes dos problemas e assim tentar saná-los. Deste modo, a criação e atuação do LEGIP se justifica enquanto parte fundamental das discussões de gênero na localidade em que se encontra; pela importância em se compreender a formação de uma sociedade extremamente hierarquizada, machista, patriarcalista, misógina e homofóbica e principalmente como as permanências desses padrões, que são transmitidos de geração para geração, influenciaram os costumes tradicionais e preconceitos de nossa contemporaneidade.

GÊNERO, IDENTIDADE E PODER

Segundo Joan Scott: “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (1995). Portanto, a ideia de gênero

encontra-se imbricada nas construções sociais que permitem criar as identidades sexuais, os papéis sexuais e as próprias relações entre os sexos. Scott ainda, conclui: “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995). Em outras palavras não há como compreender as relações de dominação patriarcal sem compreender que as relações entre homens e mulheres e a forma de construir-se enquanto tais são frutos de relações sociais pautadas em relações de poder. Compreender isso é o primeiro passo para apresentar a diversidade de gênero a qual estamos cercados e entender o porquê dos preconceitos e “fobias” para com aqueles que não se encaixam no padrão ditado como o correto pela sociedade.

Ao se entender as relações de gêneros, bem como o padrão das identidades de gênero, como frutos de uma construção social baseada na diferenciação biológica dos sexos e subordinada às relações de poder podemos compreender as normas de conduta, funções e papéis sociais atribuídas e esperadas para homens e mulheres em cada sociedade. Logo as “verdades absolutas” postas ao homem como qualidades viris, coragem, força, vigor sexual; macho, provedor, marido, amante são produzidos histórico culturalmente e não dadas pela natureza. De acordo com Carla da Silva:

Isso não significa a exclusão do masculino, mas o pensar em homens e mulheres a partir do caráter relacional de poder, considerando que não existe apenas uma mulher ou um homem, mas sim, diferentes construções simbólicas de papéis que são flexíveis e mutáveis ao longo do tempo (Silva, 2012).

Tais papéis estão além dessas masculinidades hegemônicas ou mesmo dos discursos heteronormativos. Os conceitos de “Ser Homem” e “ser Mulher” precisam ser discutidos de modo que os jovens atualmente não se sintam oprimidos a seguir padrões que não podem alcançar e entendam que a hierarquia e os papéis sociais a quais estão submetidos não podem ser encarados como estado de natureza fixa, apesar de seguirem códigos pré-determinados, pois como afirma Terry Eagleton:

Regras, como culturas, não são nem puramente aleatórias nem rigidamente determinadas – o que quer dizer que ambas envolvem a ideia de liberdade. Alguém que estivesse inteiramente eximido de convenções culturais não seria mais livre que fosse escravo delas” (Eagleton, 2005).

Os sujeitos históricos, portanto, não são meros fantoches de seus meios sociais, tão pouco a realidade em que estão inseridos é facilmente modificada a partir de vontades individuais. É no coletivo que essas categorias, “ser” e “ambiente”, “cultura” e “natureza” vão se automoldando e introduzindo no mundo um grau de autorreflexividade constante e mutável. Atualmente “[...] O natural, uma palavra que hoje em dia precisa ser compulsivamente colocada entre aspas, é simplesmente o cultural congelado, preso, consagrado, des-historicizado, convertido em senso comum espontâneo ou verdade dada

por certa. [...]” (Eagleton, 2005), logo é preciso pensar a “condição humana” ao invés da “natureza humana”. Essas noções de identidades fixas tornam-se perigosas e reduzem os processos históricos uma vez que impedem a visualizações de relações afetivas dentro de um sistema econômico e esquecem que esse sistema também é político e cultural.

Sobre essa cristalização da questão da identidade, as ciências humanas vêm promovendo um intenso debate. De um lado temos as “velhas identidades”, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social e definiram os papéis de pertencimento ligado às culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e principalmente aos nacionalismos culturais, nessa visão o indivíduo é visto como um sujeito unificado e fechado em si. Na outra ponta da discussão temos uma identidade fragmentada, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e até não resolvida. Nessa perspectiva a moderna teoria queer traz uma quebra com o binarismo de gênero, reafirmando seu rompimento com a heteronormatividade, além de discutir com o próprio padrão homossexual que foi construído, que tende a excluir travestis, drag-queens, transexuais, pansexuais, entre outros. Em outras palavras, a Teoria Queer vem para problematizar o chamado “normal”, levantando questões para se discutir sobre as identidades não binárias, o que foge da relação de sexo biológico com gênero.

Surgida no final da década de 1980, essa teoria já emerge apresentando uma proposta transgressora, uma vez que se apropria do termo Queer - usada para insultar e ofender homossexuais – e o coloca como símbolo da crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e gênero, que terminavam por naturalizar a norma heterossexual. Em outras palavras, o termo queer, que até então era usada para se referir a essas pessoas como “estranhos”, “bizarros”, “anormais”, por não se enquadram na norma heteronormativa, passa a ser ressignificada para afirmar pessoas cujas subjetivações realizam abalos nas estruturas normatizadoras do sujeito. Segundo Richard Miskolci (2009),

Os primeiros teóricos queer rejeitaram a lógica minorizante dos estudos socioantropológicos em favor de uma teoria que questionasse os pressupostos normalizadores que marcavam a Sociologia canônica. A escolha do termo queer para se autodenominar, ou seja, um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, servia para destacar o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização que, naquele momento, era focada na sexualidade.

Influenciada profundamente pelas teorias Michel Foucault e Jacques Derrida, a teoria Queer construiu um axioma que nos permite pensar basicamente na multiplicidade e na fluidez das identidades sexuais e de gênero mas, para além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder, a educação problematizando as concepções atuais de gênero, sexo, raça e outras categorias que criam identidades sobre as

quais o “sujeito” se localiza.

É na década de 1990 que as noções Queer são consolidadas, tendo em Judith Butler como uma de suas principais pensadoras. Filósofa pós-estruturalista estadunidense, Judith Butler é sem dúvida a mais notória expoente da Teoria Queer e apesar de sua evidente ligação com a teoria feminista e foucaultiana, ela rejeita qualquer definição teórica a respeito, por entender que isso poderia aprisionar e limitar suas reflexões e seus trabalhos. Segundo a autora, a sociedade criou uma “ordem compulsória” que exige a coerência entre o sexo biológico, a identidade de gênero e o prazer sexual, expressamente heterossexual. Para contrapor essa lógica é necessário subverter a ordem, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo sexual, a autora afirma que:

“O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.” (Butler, 2010).

Em síntese, a teoria QUEER admite a pluralidade de identidades, de modo que defende a ideia que existem mais que apenas dois gêneros, que o sexo biológico não determina o gênero e que o corpo, assim como o gênero, é construído culturalmente. Além disso, ela problematiza as configurações de como os sujeitos se percebem e veem, biológica e subjetivamente, além das formas de rompimento com as normas de sexualidade e gênero, historicamente construídas.

Assim o Laboratório de Estudos de Gênero IFMA campus Pedreiras (LEGIP), optou por se orientar seguindo tais referenciais teóricos, pois acredita que estes garantem a pluralidade da diversidade, repensam identidades fixas e problematizam de maneira ética as próprias noções de viver e existir em sociedade. Além disso, seus membros confiam que a compreensão dessas visões são essenciais para se repensar a forma como vemos o mundo e, principalmente, tentar, a partir daí, a mudá-lo, pois infelizmente a realidade nos mostra que quanto mais pessoas rompem com as normas de gênero estabelecidas, mais estão suscetíveis a se tornar vítimas de violências.

Dessa forma as violências de gênero também são objetos de estudos do Legip, o termo “Violência de Gênero” começa a ser usado em meados dos anos de 1990 para tratar da violência contra as mulheres, o objetivo era visibilizar que esse tipo de violência é decorrente das condições desiguais entre homens e mulheres. Contudo, violência de gêneros, em suas várias facetas, compreende toda conduta ou ato, baseado no gênero, que cause danos físicos, psicológicos, morais, éticos, seja no âmbito intrafamiliar ou em ambientes públicos. É uma das manifestações de poder presente historicamente na estrutura patriarcal, que utiliza

a violência como instrumento de dominação e exploração para garantir a permanência da estrutura.

Em linhas gerais, ela é um dispositivo das relações de poder, as vítimas desse tipo de violência, são o grupo que é dominado e oprimido por essa estrutura, como mulheres, crianças e todos os demais que não estão de acordo com os padrões instituídos. Mais do que se possa desejar, é a Família a principal instituição em que as violências de gênero são comumente manifestadas, tal fenômeno se dá pois é nela que as organizações dos papéis sociais, são primeiramente construídos. Entretanto, a percepção e a denúncia dessas violências são extremamente complexas, pois além dos laços familiares construídos, o espaço do privado contribui para a ocultação e permanência do silêncio dos envolvidos. Segundo Karen Giffin,

Na medida em que a família é identificada como a principal instituição social que organiza as relações sexuais entre os gêneros, o controle social é visto como atuando diretamente sobre o corpo das mulheres, cuja identidade principal é a de mãe, e cuja sexualidade é socialmente aceita somente na reprodução de filhos legítimos. [...] Apontando para os direitos legais dos maridos sobre suas esposas, inclusive o direito ao controle pela violência física, a família é denunciada como aparelho de guerra, protegida pelo silêncio sobre o que ocorre “entre quatro paredes”: “longe de ser uma proteção para as mulheres, a família nuclear tradicional tem sido um lugar onde a prevalência de abuso de crianças, violência doméstica, e estupro é sistematicamente ocultada e negada” (Segal, 1989: 136) (ver também, Bleier, 1984; Birke, 1986; Goldenberg et al, 1989; Langdon, 1993). A família é agora definida como “um terreno privilegiado para o aprendizado de normas, valores e técnicas de violência” (Prado & Oliveira, 1982: 08). Como explicitam Moreira et al. (1992: 177), “assim considerada, a violência (doméstica) insere-se no plano da ordem, não é desvio” (Giffin, 1994).

A naturalização da violência doméstica segue a ordem de uma ideologia sexista, machista e por vezes e misógina. Essas visões reproduzem um discurso de divisão social do trabalho e de responsabilidade baseadas meramente no sexo biológico, assim as mulheres devem ficar com o trabalho doméstico e a responsabilidade principal de educar os filhos, enquanto o homem possui a função de sustentar e "organizar" a família. Essas estruturas apontadas como naturais e inatas forçam mulheres a assumir posições desiguais de poder, prestígio e até riqueza. A contraposição dessa falsa natureza acarreta em muitos casos manifestações violentas, que podem ocorrer dentro e fora do âmbito doméstico, Não raramente, observa-se mulheres ocupante de cargos políticos, cujo representação é majoritariamente masculina, serem criticadas e desvalorizadas, meramente, por seu gênero, ainda que tal ato seja negado e mascarado por outras justificativas.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) é um exemplo notório dessas atitudes, em novembro de 2019 a deputada realizou boletim de ocorrência na polícia legislativa

denunciando as agressões verbais de militantes do PSL, a deputada **Jandira Feghali** (PCdoB-RJ) descreveu,

Essa ambiência de agressão aos diferentes, de agressão aos deputados de esquerda. Principalmente contra as mulheres, né? Há uma misoginia, há um preconceito. Tudo isso embutido num ambiente de violência que foi crescendo a partir, principalmente da campanha e da eleição do deputado Jair Bolsonaro para a presidência da República" (Mota, 2019).

O julgamento pela vestimenta também é uma das formas preconceituosas comumente utilizadas, sendo inclusive apontado como justificativa de estupros e feminicídios, tornando a vítima culpada por não seguir o padrão moral que é imposto ao seu gênero. Enfim, as formas de agressão são complexas, perversas e apresentam-se de diversas maneiras como ameaças, humilhações, insultos, chantagens, limitações, violência patrimonial (que se apresenta como o controle e privação de bens ou danos à algum objeto de valor que vítima possua), violências moral (quando há acusações, exposição, desvalorização da vítima) e violência sexual (estupros, abusos sexuais, impedir o uso de métodos contraceptivos, etc.), todos esses tipos podem se manifestar antes, durante e fora de relacionamentos com a vítima.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2013 o Brasil já ocupava o 5º lugar, num ranking de 83 países onde mais se matam mulheres. São 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, em que quase 30% dos crimes ocorrem nos domicílios. Além disso, uma pesquisa do DataSenado (2013) revelou que 1 em cada 5 brasileiras assumiu que já foi vítima de violência doméstica e familiar provocada por um homem. Os resultados da Fundação Perseu Abramo, com base em estudo realizado em 2010, também reforçam esses dados – para se ter uma ideia, a cada 2 minutos 5 mulheres são violentamente agredidas (Instituto Maria da Penha).

De acordo com esses dados, é relevante procurar maneiras de quebrar os ciclos de violência contra a mulher, a criação de leis, que assegurem o direito à liberdade de acordo com a Declaração dos Direitos Humanos, se faz importante em uma sociedade marcada pela violência, como a nossa. A Lei N° 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha foi uma conquista árdua das mulheres na luta por seus direitos. A Lei afirma no Art. 2º que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (Lei N° 11.340/06).

A Lei foi criada no intuito de conceber um atendimento diferenciado e preferencial às mulheres que são vítimas de violência doméstica e/ou intrafamiliar. O nome em questão advém da história de Maria da Penha Maia, que em 1983 sofreu 2 tentativas de feminicídio, a primeira, um tiro que lhe deixou paraplégica; a segunda, uma descarga elétrica durante um

banho. Apenas 19 anos depois, em 2002, seu marido passou 2 anos preso, o que levou a motivações e repercussões para tratar casos como este de maneira mais séria e mais rigorosa. Posterior a essa lei, outras ganharam espaço, com outras motivações, mas com o mesmo caráter de combate a violência contra a mulher, é o caso da Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737/2012) que dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos, a Lei de Feminicídio (Lei 13.104/2015) que busca reduzir o número de homicídios contra mulheres em função de seu gênero, entre outras leis que criminalizam e repudiam atos de violência contra as mulheres.

Contudo, como já apontamos a dicotomia homem X Mulher é muito simplista para resumir o gênero, muito menos focalizar esse conceito apenas as mulheres, pois não somente elas são vítimas de violências baseadas em gênero, mas muitos homens, especialmente meninos, que não expressam o modelo hegemônico de masculinidade são vítimas de infanticídios ou bullying, abuso sexual, agressões físicas, etc., o que pode gerar além de sujeitos reprimidos e traumatizados, outros abusadores.

As violências de gêneros também são postas aos indivíduos cuja identidade de gênero e orientação sexual não serem tradicionais. A LGBTfobia destaca os principais grupos afetados por essas violências. Invisibilizadas, na maior parte das vezes, essas violências só ganham destaque quando os casos de homicídios são denunciados.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos (2018), “compreendemos a expressão LGBTfobia como o conjunto de ansios como ira, nojo, desconforto, receio, horror, desprezo e descaso pelas pessoas que não estão inclusas nas definições rígidas amarrados a heteronormatividade e a dialética binária de gênero”. Ou seja, trata-se de sentimentos negativos relacionados ao “medo” e ao “semelhante” direcionados a gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais e qualquer outra orientação que conteste a heteronormatividade. É preciso, portanto, quebrar as normas e apontar as consequências negativas das ideologias reducionistas de natureza, gênero, religião e pseudociência que vêm dominando os cenários socioculturais.

Gênero e sexualidade não são conceitos únicos ou estanques eles devem ser vistos como categorias socialmente e historicamente construídas.

O LEGIP

Imbuído do objetivo de produzir debates e pesquisas na área das relações de gênero, sexualidade, corpo, patriarcalismo, homofobia, machismo, heteronormatividade, teoria Queer, famílias e violências de gênero surgiu o Laboratório de Estudos em Gênero do IFMA

campus Pedreiras e reúne, atualmente 5 docentes e 25 discentes do Instituto Federal do Maranhão no campus Pedreiras.

Criado em maio de 2018 pela professora Mestre Nila Michele Bastos Santos, o Laboratório contou inicialmente com apenas quatro discentes: Felipe Alves, Luana Martins Pereira - ambos do curso Técnico em Eletromecânica na Forma Integrada ao Ensino Médio -, Vitoria Regina Guimarães dos Santos e Manuel Oliveira Da Costa Neto – estes do curso Técnico em Petróleo e Gás na Forma Integrada ao Ensino Médio. Em agosto do mesmo ano o projeto foi aprovado no EDITAL FAPEMA N° 004/2018 – GERAÇÃO CIÊNCIA e contemplado com financiamento para bolsas de Professor Jovem Cientista e Estudantes de Iniciação Científica Júnior, além de fomento para extensão.

Assim, os estudantes buscaram além da pesquisa e produção acadêmica, confeccionar materiais didáticos lúdicos para que as temáticas pesquisadas pudessem ser trabalhadas na educação básica. Sendo essas:

a. Gênero, Raça, Classe e Poder cujo objetivo foi articular as perspectivas de gênero, raça e classe social no estudo dos preconceitos historicamente construídos na sociedade brasileira, o material confeccionado foi fanzines sobre os preconceitos raciais, de gênero e sociais. A pesquisa é realizada pelo estudante Felipe Alves.

b. Violências de Gêneros, analisa a diversidade e a propagação das Violências de Gêneros, evidenciando os casos da cidade de Pedreiras Maranhão; o material confeccionado foi um “mapa da violência” da região, apresentando dados mais atuais para ser distribuído nas escolas públicas da região do médio Mearim. A pesquisa é realizada pelo estudante Manuel Oliveira Da Costa Neto.

c. Patriarcalismo, Heteronormatividades e diversidades sexuais que buscou analisar a construção histórica do Patriarcalismo e da heteronormatividade na sociedade brasileira, centrando-se principalmente no entendimento desses conceitos. O material confeccionado foi uma cartilha explicativas sobre diversidades sexuais e gênero. A pesquisa foi realizada pela estudante Vitoria Regina Guimarães dos Santos.



Figura 2. Capa (costas e Frente) Da Cartilha – autoria de Vitoria Regina Guimarães dos Santos.

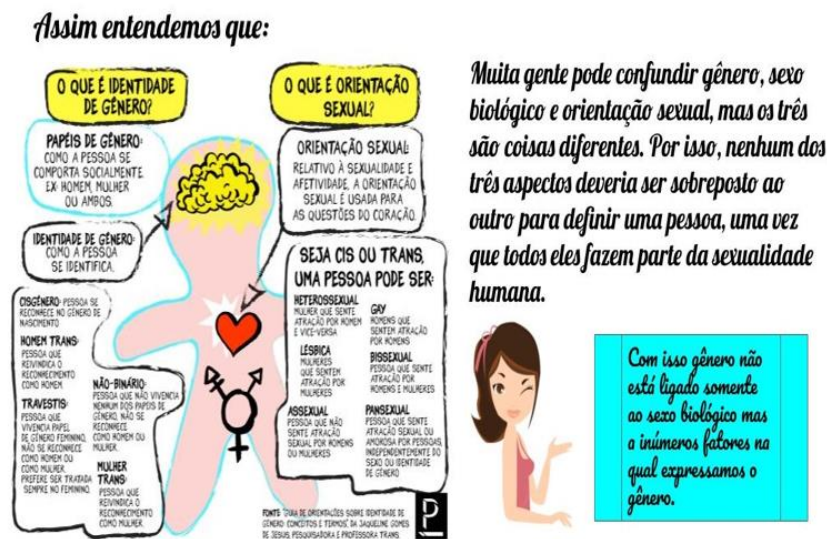


Figura 3. Págs. 07 e 08 da Cartilha - autoria de Vitoria Regina Guimarães dos Santos. Fonte: dos Santos.

d. Corpo, Feminismo, Queer e outras teorias: este estudo foca-se nas chamadas “ondas do feminismo” e a sua relação com o estudo dos corpos, mostrando a diversidade de pensamentos e estudos de diversas teóricas feministas, desde Simone de Beauvoir à Judith Butler. O material confeccionado foi uma série de Cards contendo, além de desenhos autorais da bolsista Luana Martins Pereira, citações dos textos lidos.



Figura 4. Cards 1 e 2 sobre: “QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NEGRO?”. Fonte: Pereira.

Os trabalhos foram apresentados em seminários e simpósios estaduais e nacionais, os estudantes também promoveram palestras no instituto Federal e campanhas educativas nas redes sociais, foi criada a conta [@legip.ifma](https://www.instagram.com/legip.ifma) na rede social Instagram, tornando-se um dos principais meios de divulgação virtual do laboratório.

Todo esse conjunto de ações permitiu a ampliação do laboratório que em seu segundo ano triplicou o número de participantes docentes. Somando-se às pesquisas em andamento (financiadas pela Fapema) novas pesquisas foram iniciadas, sendo quatro financiada pela CNPq em parceria à PRPGI do IFMA e duas em voluntariado. No mesmo ano o LEGIP comprometeu-se publicamente com aos objetivos globais nº 05 e 5.1 da Agenda 2030 que profere: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” e “acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte”

Em seu terceiro ano de existência (2020), o laboratório se expandiu e mesmo sem os financiamentos anteriores, consta com 12 pesquisas em andamento, 1 grupo de estudos com reuniões mensais, uma página ativa na rede social Instagram, um projeto de palestras para educação básica, além de atualmente organizar seus primeiros intentos nas artes plásticas, com intervenções nos espaços escolares e urbanos, através de confecções de painéis e pinturas de murais nas temáticas trabalhadas pelo laboratório.

METODOLOGIAS APLICADAS

Por se tratar de um Laboratório de estudos e representar um espaço de debates e contestações não há como estipular uma única linha de conhecimento ou metodologia, o mais apropriado seria falar em epistemologias e metodologias, no plural, uma vez que não há uma só forma de produção do conhecimento, mas sim várias, a partir de diferentes teorias. O que priorizamos, no entanto, é que toda produção realizada no laboratório seja para a busca da equidade e alteridade entre os indivíduos sociais, de modo que teorias que contradigam esses ideais são analisadas com fim de contextualizações históricas ou a serem questionadas e refutadas, mas jamais seguidas.

As pesquisas até agora desenvolvidas também possuem características diversas, há estudos históricos que trabalham diretamente com documentações do século XVIII e XIX, de modo que os métodos da pesquisa histórica são seus métier, até trabalhos antropológicos que exigem a pesquisa de campo com entrevistas e questionários semiestruturados. As abordagens das pesquisas podem possuir tanto caráter quantitativo, quanto qualitativo, embora este último tenha sido priorizado, até agora. A pesquisa bibliográfica, no entanto, é uma exigência para todos. É importante ressaltar que a exceção dos cinco docentes que atualmente compõem o laboratório, todos os demais pesquisadores são jovens estudantes de Cursos Técnicos associados ao Ensino Médio e que não recebem créditos extras por sua participação no LEGIP, todas as pesquisas em andamento possuem orientadores pós-graduados.

De maneira didática e sequencial, os membros participam de reuniões mensais na sala do NEABI, nas quais são levantados e debatidos referenciais teóricos sobre as temáticas, sendo expostas por discentes, docentes ou convidados. Os membros bolsistas, ou que possuem pesquisas voluntárias, participam de reuniões privadas com seus respectivos orientadores. Mensalmente, as quintas-feiras, promove-se o projeto “quintas de categorias”, que consistem em rodas de debates curtos sobre as temáticas do laboratório no intervalo de aulas do campus. A administração da rede social do Legip é realizada em sistema de rodízio entre os membros e as campanhas virtuais seguem um cronograma mensal para abordar temas como o preconceito étnico-racial, de gênero, homofobia, Violências contra a Mulher e outras violências de gêneros. As intervenções artísticas seguem um planejamento mais volátil, uma vez que dependem de patrocínio para a aquisição de materiais e permissões institucionais ou públicas para a utilização dos espaços e muros.

Os resultados parciais, obtidos ao final de cada semestre, são compilados para apresentações em modalidade de painel e comunicações orais nos eventos realizados pelo NEABI do campus Pedreiras, além disso os estudantes membros do LEGIP se comprometem a apresentar suas produções em Simpósios e Congressos, afins com a temática, em outros campi ou instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos poucos o LEGIP vem se consolidando como uma importante voz na comunidade escolar, na cidade em que se localiza e em suas adjacências. Espera-se com isso contribuir para a desconstrução de padrões estereotipados e preconceituosos sobre gênero e sexualidade culturalmente construídos e que ainda são reproduzidos nas escolas brasileiras. Para tanto busca-se divulgar os resultados de nossos estudos e pesquisas tanto em artigos apresentados em eventos acadêmicos, quanto em textos simples e didáticos voltados para educação básica, de modo que cada vez mais adolescentes sintam-se capazes de construir sua identidade de forma livre e desoprimida, aceitando suas especificidades.

Acredita-se que o LEGIP possa demonstrar que é nas relações de poder que as desigualdades são criadas, sendo frutos de uma construção social e não natural. Desse modo confia-se que ao exaltar as multiplicidades e diversidade, sejamos capazes de aceitar as diferenças e combater os preconceitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. *LEI N° 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006*, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Brasil. *LEI N° 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015*. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm
- Brasil. *LEI N° 12.737, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012*. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm
- Butler J (2010). *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 288p.
- Deepask (2020). *Assassinatos de mulheres: Veja número e taxa de homicídios por cidade do Brasil - PEDREIRAS, MA*. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=pedreiras/MA-Assassinatos-de-mulheres:-Veja-o-numero-e-a-taxa-de-homicidios-da-populacao-feminina-do-seu-municipio>
- Eagleton T (2005). *A ideia de cultura*. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP. 204p.

- Giffin K (1994). Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 10 (s.1): 146-155.
- IMP - Instituto Maria da Penha. *Mitos da violência doméstica*. Disponível em <http://www.institutomariadapenha.org.br>
- Ministério dos Direitos Humanos (2018), *Manual orientador sobre diversidade*. Brasil. 89p. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2018/ManualLGBTDIGITALmdh.pdf>
- Miskolci R (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 21: 150-182.
- Mota E (2019). “Tenho sofrido agressão política”, diz Maria do Rosário; veja denúncia. *Congresso em foco: respeitamos a diferença*, 20: 23:35.
- Scott J (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 2 (v. 20): 71-99.
- Silva Cda (2012). A Desigualdade imposta pelos papéis de Homem e Mulher: Uma Possibilidade de Construção da Igualdade de Gênero. *Revista Direito em Foco*, 5: 9.

ÍNDICE REMISSIVO

A

agroecologia 6, 7, 8, 9, 10, 14
altas habilidades ...6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13,
14, 15
Anísio Teixeira.7, 8, 10, 11, 12, 15, 18, 20,
22
aprender fazendo.....7
aprendizagem 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 7,
8, 11, 12, 13, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 8, 10,
12, 13, 14, 15, 6, 7, 10, 11, 6, 7, 9, 10,
11, 12, 13, 14, 15, 7, 8, 11, 6, 7, 8, 10,
12, 15, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 9, 19, 7,
10, 11, 12
baseada em equipe..... 11, 12, 13
significativa 8
autonomia do aprendiz..... 10

C

cognitivo.. 12, 9, 15, 6, 7, 11, 12, 13, 12, 7,
24
colonialismo 10, 11, 12, 13, 15
construção de conhecimento... 6, 7, 9, 13,
7, 10, 11, 14, 10, 13, 17, 18
costumes.....7
cultura ..6, 7, 11, 12, 13, 9, 8, 9, 12, 13, 17,
19, 9, 14

D

deficiência intelectual.. 16, 7, 9, 10, 11, 12,
13
deficiência visual...6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13
democracia 11
disciplina 6, 7, 8, 9, 11, 12, 6, 10, 11, 8
distopia..... 6, 7, 9, 12, 13, 16, 20
docência..... 7, 12, 15, 7

E

educação 6
inclusiva.....16, 7, 8, 11, 12, 6, 10, 12
especial10, 11, 6, 7, 8, 10, 11, 12
básica 10
profissional9, 6, 9

educador.....12, 9, 10
ensino 6, 8, 6, 7, 9, 6, 9, 14, 17, 8, 15, 8,
10, 15
colaborativo..... 7
escola(s)
especial..... 7
pública.. 11, 12, 10, 6, 13, 11, 13, 15, 16
de tempo integral ...6, 8, 13, 14, 15, 16,
17, 18, 20, 21, 22, 24
Espanhol 6, 11
estratégias...8, 9, 11, 14, 7, 8, 9, 10, 11, 16,
6, 8, 11, 6, 8, 14, 16, 17, 8
estudante 12, 8, 9, 11, 14, 12, 7
experiência na educação..... 7

F

formação
continuada . 12, 13, 11, 6, 7, 8, 9, 10, 15,
21, 23
competências..... 9
integral.....8, 6, 7, 11, 13, 15, 17, 18, 20,
21, 22, 23
formas simbólicas 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,
15
FRELIMO12, 13, 14, 15, 19

G

gênero..9, 11, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14,
16, 17, 18
grupo operativo.....7, 10, 14

I

identidade..... 12, 6, 9, 10, 11, 13, 18
inclusão 7, 10, 12, 6, 12, 14, 15, 6, 7, 8, 10,
11, 14, 9, 6, 8, 10, 13
indisciplina . 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 13
instituições especializadas 11
Instituto Federal..... 6, 7, 6, 7, 14
Internet..... 6, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18,
19, 20

J

José Moran..... 10

L

LIBRAS 7, 9, 10, 11
língua inglesa 6, 10, 11, 12, 13

M

Maranhão 6, 7, 14
metodologias ativas 6, 9
mobilidade 9, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13
Moçambique . 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15,
18, 19

N

novas tecnologias 6, 10

P

planejamento. 6, 9, 14, 15, 13, 16, 7, 9, 11,
17, 7, 9, 8
podcasts 11
políticas públicas 7, 10, 14, 18, 15, 6, 7, 9,
13, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 20, 24
poluição sonora .6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14,
15, 17
pós-modernidade 8
prática pedagógica 10, 15, 10, 6, 7

professor 6, 14, 7, 9, 10, 11, 12, 7

S

sala de aula
heterogênea 7
invertida 11
sala de recurso multifuncional 12
saúde do professor 11
senso de plausibilidade 9
signos 7, 8
superdotação..6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14,
15
surdo 6, 7
sustentabilidade 10, 15

T

tecnologia 6
tecnologias digitais de informação e
comunicação 9
tempo escolar ampliado 24
teorias de ensino e aprendizagem 6

U

utopia 6, 7, 9, 11, 16

 **LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul.

Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.

ISBN 978-659906418-0



Pantanal Editora
Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br